

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	2
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	9
3.4 - Política destinação de resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos	11
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações	14
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	16
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	20
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	22
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	23
4.5 - Processos sigilosos relevantes	24
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	25
4.7 - Outras contingências relevantes	26
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	27

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	28
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	30
5.3 - Descrição - Controles Internos	32

Índice

5.4 - Programa de Integridade	33
5.5 - Alterações significativas	34
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	35
6.3 - Breve histórico	36
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	39
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	40
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	42
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista	43
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	44
7.3 - Produção/comercialização/mercados	45
7.4 - Principais clientes	47
7.5 - Efeitos da regulação estatal	48
7.6 - Receitas relevantes no exterior	49
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	50
7.8 - Políticas socioambientais	51
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	52
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	53
8.2 - Alterações na condução de negócios	54
8.3 - Contratos relevantes	55
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	56
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	57
9.1.a - Ativos imobilizados	58
9.1.b - Ativos Intangíveis	59
9.1.c - Participação em sociedades	60
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	61
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	62

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	64
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	66
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	67
10.5 - Políticas contábeis críticas	70
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	71
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	72
10.8 - Plano de Negócios	74
10.9 - Outros fatores com influência relevante	76
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	78
11.2 - Acompanhamento das projeções	79
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	80
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	83
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	87
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	88
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	89
12.7/8 - Composição dos comitês	91
12.9 - Relações familiares	92
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	93
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	94
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	95
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	96
13.2 - Remuneração total por órgão	98
13.3 - Remuneração variável	101
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	102
13.5 - Remuneração baseada em ações	103
13.6 - Opções em aberto	104
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	105
13.8 - Precificação das ações/opções	106

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	107
13.10 - Planos de previdência	108
13.11 - Remuneração máx, mín e média	109
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	110
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	111
13.14 - Remuneração - outras funções	112
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	113
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	114
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	115
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	116
14.3 - Política remuneração dos empregados	117
14.4 - Relações emissor / sindicatos	118
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	119
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	120
15.3 - Distribuição de capital	122
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	123
15.5 - Acordo de Acionistas	124
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	125
15.7 - Principais operações societárias	126
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	127
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	128
16.2 - Transações com partes relacionadas	129
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	131
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	132
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	133
17.2 - Aumentos do capital social	134
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	135

Índice

17.4 - Redução do capital social	136
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	137
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	138
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	139
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	140
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	141
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	142
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	144
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	144
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	146
18.8 - Títulos emitidos no exterior	146
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	147
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	148
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	149
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	150
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	151
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	152
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	153
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	154
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	155
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	156
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	160
21.3 - Responsáveis pela política	164
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	165

Documento não preenchido.

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Ana Carolina Paifer, Diretora Presidente da Companhia, declara que reviu este formulário de referência, que todas as informações aqui contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial nos seus artigos 14 a 19, e que este conjunto de informações é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Guilherme Henrique Cunha, Diretor de Relações com Investidores da Companhia, declara que reviu este formulário de referência, que todas as informações aqui contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial nos seus artigos 14 a 19, e que este conjunto de informações é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Ana Carolina Paifer, Diretora Presidente da Companhia, declara que reviu este formulário de referência, que todas as informações aqui contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial nos seus artigos 14 a 19, e que este conjunto de informações é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Guilherme Henrique Cunha, Diretor de Relações com Investidores da Companhia, declara que reviu este formulário de referência, que todas as informações aqui contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial nos seus artigos 14 a 19, e que este conjunto de informações é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Data início	01/01/2020
Descrição do serviço contratado	Trabalho de auditoria externa que têm como objetivo auditoria das demonstrações financeiras trimestrais e de balanço anual com finalidade de emitir os relatórios de auditoria independente sobre os ITR'S e os balanços dos exercícios
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos serviços de auditoria externa está fixada em R\$ 56.000,00/ano
Justificativa da substituição	A alteração da empresa de auditoria é avaliado como uma medida importante na reestruturação de controles internos adotado pela Companhia.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Celso Luiz da Costa Lobo	01/01/2020	133.914.318-65	Rua Major Quedinho, 90, Andar 3, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01050-030, Telefone (11) 38485880, Fax (11) 38485880, e-mail: celso.lobo@bdo.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Não há.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Individual

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	3.019.371,81	-4.065.873,92	-8.131.758,43
Ativo Total	11.134.599,71	4.950.840,79	587.761,66
Resultado Líquido	7.085.245,73	4.064.884,51	-146.117,21
Número de Ações, Ex-Tesouraria Unidade	20.898.994	20.898.994	20.898.994
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,144475	-0,194549	-0,389098
Resultado Básico por Ação	0,339023	0,194501	-0,006992

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

Não há.

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

A companhia tem uma atividade de baixa complexidade e adota uma política de grande transparência contribuindo para resultados objetivos que possam ser analisados de maneira tradicional.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Em 25 de fevereiro de 2019 após ter o primeiro caso de bloqueios com manifestação em linha com a realidade jurídica da companhia, a Companhia decidiu encerrar o contrato de cessão e os fluxos de receitas, despesas operacionais administrativas e despesas financeiras passaram a ocorrer dentro da AtomPar e suas subsidiárias. Ocorreu também na mesma data a transferência dos valores financeiros referentes a liquidação das debêntures.

Em 14 de março de 2019 a CVM se pronunciou pelo indeferimento do processo de cisão e essa decisão aumentou as dificuldades da companhia em se proteger. Nesse momento a Administração da companhia está analisando, para decidir alternativas de proteção de seu patrimônio e fluxos financeiros.

A Companhia recebeu em 30 de janeiro de 2019 o Ofício nº 22/2019/CVM/SMI/GMN de alerta sobre questões legais para as operacionalizações pretendidas pela TGCOIN, subsidiária constituída da TAKION TECHNOLOGY S.A. para ser uma "Exchange" de cripto-ativos, diante disso, ciente dos potenciais riscos regulatórios envolvidos no setor, a Companhia decidiu desfazer a sociedade com a TG Coin. Na data de 16/04/2019, a Companhia contratou a FLOW BTC ("FLOW"), Exchange especializada para fazer a custódia e negociação dos ativos. A FLOW possui uma estrutura que conta com 8 pares de criptomoedas para negociação, mais de 70 mil clientes, além de um time com profissionais com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	2018	2017	2016
a) Regras sobre a retenção de lucros	Não há retenção de lucro neste exercício.	Não há retenção de lucro neste exercício.	Não há retenção de lucro neste exercício.
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que dos lucros remanescentes será pago o dividendo aos acionistas, obedecido o disposto nas alíneas "b" e "c", § 5º, art. 5º deste Estatuto Social, cujo valor não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na sociedade, nos termos do que dispõe o art. 202 da Lei nº 6.404/76. Neste exercício a companhia apurou lucro e destinou o mesmo para absorção dos prejuízos acumulados em exercícios anteriores.	O Estatuto Social da Companhia prevê que dos lucros remanescentes será pago o dividendo aos acionistas, obedecido o disposto nas alíneas "b" e "c", § 5º, art. 5º deste Estatuto Social, cujo valor não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na sociedade, nos termos do que dispõe o art. 202 da Lei nº 6.404/76. Neste exercício a companhia apurou lucro e destinou o mesmo para absorção dos prejuízos acumulados em exercícios anteriores.	O Estatuto Social da Companhia prevê que dos lucros remanescentes será pago o dividendo aos acionistas, obedecido o disposto nas alíneas "b" e "c", § 5º, art. 5º deste Estatuto Social, cujo valor não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na sociedade, nos termos do que dispõe o art. 202 da Lei nº 6.404/76. Neste exercício a empresa apurou prejuízo contábil.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Quando apurado lucro líquido do exercício será observado as situações impostas pela legislação e Estatuto Social da Companhia.	Quando apurado lucro líquido do exercício será observado as situações impostas pela legislação e Estatuto Social da Companhia.	Quando apurado lucro líquido do exercício será observado as situações impostas pela legislação e Estatuto Social da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado		7.085.245,73	4.064.884,51	-146.117,21
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total		0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido		7.085.245,73	4.064.884,51	0,00
Data da aprovação da retenção		18/04/2019	27/02/2018	

Lucro líquido retido	Exercício social 31/12/2018		Exercício social 31/12/2017		Exercício social 31/12/2016	
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária		0,00		0,00		0,00

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Nos últimos três exercícios sociais não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Não existem outras informações relevantes.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) à Companhia

As receitas da companhia dependem do amadurecimento e intenção das pessoas em buscar conhecimento no mercado financeiro. Apenas 0,5% da população investe no mercado financeiro. Apesar de ser uma oportunidade, o problema cultural pode ser um empecilho importante. Outro fator de risco importante é sobre a *performance* dos *traders* que são seus prestadores de serviços. Entende-se que se essa performance não for satisfatória, a companhia pode, inclusive, ter resultados negativos. A receita também depende da capacidade da Companhia de desenvolver novos produtos e serviços voltados à área educacional.

Os controladores têm como foco alcançar objetivos de crescimento, que fazem parte de sua estratégia de negócios, dentre os quais:

- Crescer enquanto mesa proprietária no Brasil e no exterior e aumentar a sua lucratividade e competitividade;
- Aumentar sua participação de mercado educacional na área financeira;
- Consolidar seu posicionamento de mercado no Brasil e aumentar seu posicionamento de mercado no exterior; e
- Continuar o processo de investimento em tecnologia, buscando aprimorar as atividades e controles.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A companhia iniciou através da sua subsidiária integral, Takion Technology S.A:

- A construção de um market place próprio (MARKET CASH) e inovador ao permitir a utilização de tokens como cupom de desconto;
- A criação de um token que funcionarão de forma similar a cupom de descontos e programas de fidelidade.

Os tokens serão vendidos inicialmente a R\$ 0,50. Esse valor representa o custo estimado por “lead” captado para que a companhia atraia clientes para comprar produtos dentro de seu MARKETCASH. Este custo ajuda a minimizar os riscos do projeto.

Os produtos ofertados inicialmente serão:

- Info-produtos: cursos, e-books, treinamentos online;
- Produtos físicos de esportes;

A companhia negocia também passagens aéreas, hotéis e outros produtos que ainda estão em fase inicial.

Status da estruturação do Marketplace: Já foi iniciada a venda de produtos online no Market Cash (Market Place que aceita Takions), e que em breve terá outros fornecedores e produtos físicos.

Destaca-se que esse é um projeto “startup” que pode apresentar elevação de riscos para a companhia. A Companhia não pode assegurar que quaisquer dos objetivos ou metas da Administração sejam realizados com êxito e/ou por completo. Qualquer impacto nos principais fatores relacionados à implantação da estratégia da Companhia poderá causar um efeito adverso nos cenários esperados para suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A companhia avalia no futuro estender para a área de tesouraria para a realização de operações em cripto-ativos, que é um mercado não regulado que pode apresentar riscos referentes á:

- ausência de regulação e fraudes;
- conflito de interesses e outros.

No momento a Companhia ainda não atua através da sua mesa de operações nesse tipo de mercado (cripto-ativos) investindo ou fazendo operações de day-trade, e caso venha atuar nesse mercado, o fará de forma a estipular os valores que poderão ser investidos e os limites de risco que deverá correr para proteção do capital da Companhia.

(b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

A Companhia é controlada pela WPH Participações e Empreendimentos S.A. As ações ordinárias detidas pela controladora representam a maioria do capital social votante. Isso faz com que, independentemente do consentimento dos outros acionistas, a controladora possa:

- Eleger a maioria do Conselho de Administração da Companhia e destituir conselheiros;
- Controlar a administração e políticas da Companhia e de suas controladas, inclusive a de distribuição de dividendos;
- Determinar o resultado da maioria das operações corporativas ou outros assuntos submetidos à aprovação dos acionistas, inclusive incorporações, fusões, a venda de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia ou de suas controladas; e
- Agir de modo que o seu interesse não coincida com o dos outros acionistas da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Caso surja um outro grupo de controle efetivo e este passe a deter o poder decisório da Companhia, a Companhia poderá sofrer mudanças repentinas e inesperadas de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive por meio de mecanismos como a substituição dos seus administradores atuais. Além disso, uma possível ausência de um grupo de controle efetivo poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Qualquer mudança repentina ou inesperada na equipe de administradores da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

(c) **aos acionistas da Companhia**

Volatilidade do mercado de capitais:

Investimentos em valores mobiliários no Brasil, como nas ações de emissão da Companhia, envolvem um grau de risco maior que investimentos em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, como alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que outros mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos. Essas características de

mercado podem restringir consideravelmente a capacidade dos titulares de ações de emissão da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações.

Dividendos:

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, a Companhia precisa pagar dividendos aos seus acionistas no valor de pelo menos 25% de seu lucro líquido anual apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme determinado e ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos podem considerar a compensação de prejuízos acumulados de exercícios anteriores e contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos.

A despeito da exigência do dividendo obrigatório, o acionista não terá direito a receber dividendos no exercício social em que for apurado prejuízo ou caso a Companhia opte por não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, se o seu Conselho de Administração determinar que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de sua condição financeira.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Emissão de ações:

A Companhia poderá precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para financiar suas iniciativas de crescimento. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, mediante o atendimento a determinados requisitos, a captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, o que pode, consequentemente, resultar na diluição da participação destes investidores no capital social da Companhia.

(d) às controladas e coligadas da Companhia

Todos os fatores de riscos apresentados neste item 4.1 também são aplicáveis às controladas e coligadas da Companhia.

(e) aos fornecedores da Companhia

Não há fator de risco relevante.

(f) aos clientes da Companhia

Os clientes dos produtos e serviços educacionais poderão ser impactados em caso de perda de capacidade de criação de novos produtos e serviços pela Companhia. Como a Companhia está inserido no mercado financeiro, também há risco aos clientes e traders por conta de um provável problema político-econômico no país, o que ocasionaria diminuição de liquidez dos mercados de ações ou mercados futuros, impossibilitando as operações financeiras.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Não há fator de risco relevante.

(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

Não há fator de risco relevante.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Não há fator de risco relevante.

(j) questões socioambientais

Não há fator de risco relevante.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Risco de Taxa de Câmbio

A Companhia está sujeita a flutuações na taxa de câmbio, o que pode afetar seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas estão expostas a variações e flutuações na taxa de câmbio do dólar norte-americano, de modo que tais oscilações podem fazer com que as operações em mercado futuro do dólar da Companhia incorram em perdas não esperadas. A falta de liquidez neste mercado também pode afetar as receitas da Companhia, pois grande parte das operações realizadas são operações de daytrade que dependem da liquidez e quantidade de players no mercado.

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar seus resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas estão expostas a potenciais perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente, por conta das operações realizadas no mercado futuro de juros.

Principais riscos relacionados a fatores macroeconômicos

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e em países de economia emergente, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras é influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive os Estados Unidos, países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica no Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Crises nos Estados Unidos ou nos países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações negociadas na B3, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de ações norte-americanos. A perspectiva de crescimento dos Estados Unidos permanece baixa, considerando determinados requisitos de poupança, política fiscal mais firme e as baixas taxas de crescimento global. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial nos negócios da Companhia e nos preços de mercado das ações de sua emissão.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro em geral. O risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. Um possível aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo de possíveis empréstimos da Companhia, reduzir a demanda por seus produtos ou ter um impacto significativo sobre suas despesas financeiras e resultados operacionais, podendo refletir-se nos preços de mercado das ações de sua emissão.

A inflação e certas medidas tomadas pelo governo federal do Brasil para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, e podem gerar um efeito adverso relevante sobre a condição financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das ações da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custos. Além disso, as medidas do governo brasileiro para combater a inflação que resultem no aumento nas taxas de juros poderão ter um efeito negativo sobre os resultados da Companhia, pois seu endividamento está indexado ao CDI. As pressões inflacionárias também poderão dificultar a capacidade da Companhia de acessar os mercados financeiros estrangeiros ou gerar políticas governamentais de combate à inflação que podem prejudicar ou afetar negativamente seus negócios.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTES, SÃO RELEVANTES PARA SEUS NEGÓCIOS E NÃO ESTÃO SOB SIGILO.

i. Trabalhistas.

Não há processos relevantes.

ii. Tributários.

Não há processos relevantes.

iii. Cíveis.

Não há processos relevantes.

iv. Ambientais.

Não há processos relevantes.

v. Outros.

Não há processos relevantes.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest**4.4. PROCESSOS NÃO SIGILOSOS – JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS NÃO SIGILOSOS CUJAS PARTES CONTRÁRIAS SEJAM ADMINISTRADORES, EX-ADMINISTRADORES, CONTROLADORES, EX-CONTROLADORES OU INVESTIDORES**

Existem Processos Judiciais referentes à Recuperação Judicial do Grupo Inepar (ex-controladora), que podem bloquear repentinamente os recursos da Companhia e inviabilizarem a continuidade dos negócios da Companhia.

Estes processos não fazem parte da esfera patrimonial ou jurídica da companhia, conforme lei e regulamentações da Recuperação Judicial.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS REPETITIVOS OU CONEXOS, BASEADOS EM FATOS E CAUSAS JURÍDICAS SEMELHANTES, QUE NÃO ESTÃO SOB SIGILO E QUE EM CONJUNTO SEJAM RELEVANTES, EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE.

i. Trabalhistas.

Não há.

ii. Tributários.

Não há.

iii. Cíveis.

Não há.

iv. Ambientais.

Não há.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS PELOS ITENS ANTERIORES.

Não há.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direitos, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco devidamente formalizada e implementada. A gestão do risco é feita através da Administração da Companhia, e apesar de não ter esta formalização, entende-se que o gerenciamento de risco é feito em nível satisfatório e que os controles internos e monitoramento dos riscos realizados pela Administração são suficientes para mitigar possíveis impactos no desempenho da Companhia.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

(i) riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração, dentre os quais se destacam:

(a) Riscos de mercado e grandes oscilações nos mercados financeiros, que pode atingir diretamente o resultado da Companhia, e/ou os resultados individuais dos traders da mesa;

(b) Riscos associados às nossas decisões estratégicas para fins de atingimento dos nossos objetivos, da estratégia de expansão e/ou decorrentes da habilidade da Companhia se proteger ou se adaptar a mudanças no setor de trading, publicações e educação.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A companhia não faz uso de derivativos ou qualquer outro instrumento financeiro como forma de proteção das suas operações de day trade.

Os principais riscos são monitorados periodicamente, buscando a efetividade dos controles de prevenção/mitigação em funcionamento e a execução da estratégia de tratamento dos riscos. Para fins de proteção aos riscos aos quais estamos expostos, a Companhia:

(a) possui uma área própria para gerenciamento de risco de suas operações financeiras, que utiliza plataforma eletrônica apta a realizar encerramento automático de operações com perdas acima dos limites estabelecidos, protegendo o capital da Companhia e o do trader em caso de possíveis grandes oscilações no mercado. Os sistemas de risco proprietário possuem parâmetros de riscos pré-determinados, e um gerente de risco que acompanha o sistema. Os sistemas de risco são interligados a corretoras de valores que atuam como backup para eventuais falhas;

(b) efetua constante realização de mentorias voltadas aos seus operadores de daytrade como forma de alinhar e alertar sobre as operações ou alertar sobre possíveis variações no mercado;

(c) mantém o foco em inovação para melhor atender às mudanças de perfil dos clientes, traders, alunos e do mercado que possam afetar o poder atrativo da Companhia, tanto em relação aos alunos quanto aos nossos profissionais, a médio e longo prazo;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(d) está constantemente monitorando o mercado qual está inserido e os concorrentes, bem como acompanhando as mudanças e inovações do setor de trading e o educacional, bem como as tendências de mercado, que possam aumentar a competitividade e influenciar nossas atividades;

(e) acompanha mudanças na legislação federal e regulamentação governamental, para identificar mudanças as quais trazem impactos na nossa operação.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma área controle a qual se reporta ao Presidente do Conselho de Administração e tem por objetivo principal promover a melhoria dos controles internos através de trabalhos de avaliação, realizada sobre os processos e com base nos riscos inerentes a eles.

A companhia adota controles internos por área e mantém budget (orçamentos) e planejamento com projeções em cada área de negócios. Isso permite para a companhia melhor controle dos investimentos e gastos e melhor retorno para consolidação do seu crescimento.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco devidamente formalizada e implementada. A companhia possui uma estrutura enxuta e centralizada de suas atividades na Diretoria, os quais acompanham os desempenhos e resultados de cada área da companhia. No momento a companhia não planeja adotar quaisquer práticas relacionadas ao tema.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco devidamente formalizada e implementada. A gestão do risco é feita através da Administração da Companhia, e apesar de não ter esta formalização, entende-se que o gerenciamento de risco é feito em nível satisfatório e que os controles internos e monitoramento dos riscos realizados pela Administração são suficientes para mitigar possíveis impactos no desempenho da Companhia.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para os riscos de taxa de juros, taxa de câmbio e de crédito, conforme qualitativa e quantitativamente descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (hedge).

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia está exposta a determinados riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações expressivas no mercado de câmbio e juros. Tendo em vista as atividades da Companhia voltadas à área de operações no mercado futuro, o parâmetro de gerenciamento do risco é feito com o controle individual de limites e perdas, com zeragem automática das operações caso o limite atinja 5% (cinco por cento) do limite total.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

O emissor opera instrumentos financeiros com objetivos de ganho patrimonial. A Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, uma vez que na avaliação de seus administradores a Companhia não está exposta a riscos que justificariam operações de tal natureza.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Sistema de risco proprietário com parâmetros de riscos pré-determinados, gerente de risco que acompanha o sistema. Sistemas de riscos interligados a corretoras de valores que atuam como backup para eventuais falhas.

A companhia possui sistemas de parâmetros e métricas quantitativas para avaliação constante do desempenho das suas atividades comerciais (vendas de conteúdos educacionais), permitindo que possa ter sempre imediatamente os indicadores necessários para gerenciamento dos riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A companhia possui um corpo de advogados especializados para auxiliar o cumprimento das medidas legislativas.

A companhia possui internamente controles de desempenho por área para melhor gerenciamento dos retornos sobre os investimentos e gastos produzidos. Esses controles estão de acordo com cada orçamento e permite a companhia correr riscos determinados em cada segmento de atuação minimizando situações adversas de mercado.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco devidamente formalizada e implementada. A companhia possui uma estrutura enxuta e centralizada de suas atividades no Presidente e Diretor, os quais acompanham os desempenhos e resultados de cada área da companhia. No momento a companhia não planeja adotar quaisquer práticas relacionadas ao tema.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores possuem planilhas de gerenciamento de dados sobre as receitas, despesas e investimentos e conta com as conciliações das movimentações feitas pelos contadores e auditor externo para confirmar os controles.

Os Administradores da Companhia acreditam na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira. Ainda, os Administradores não identificaram quaisquer tipos de imperfeições que possam comprometer as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Presidência do Conselho de Administração é a principal área responsável pelas demonstrações financeiras – conta com o suporte dos prestadores de serviços contábeis e da auditoria externa.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados de todos os trabalhos de auditoria interna são reportados por meio de relatório ao Presidente do Conselho de Administração e aos Diretores.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

Os Diretores entendem que os relatórios sobre os controles internos emitidos pelos auditores independentes da Companhia com relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2019 não apontam deficiências significativas sobre os procedimentos e controles internos utilizados para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

- 1 - Operacionalização da Companhia com atuação em mercados de grande complexidade, como é o mercado financeiro de forma geral, onde a Companhia atua com operações de daytrade nas principais mercadorias disponíveis na B3;
- 2 - Operacionalização da Companhia com atuação no mercado educacional e de formação de novos traders para atuar na mesma;
- 3 - Atuação no mercado de cripto-ativos e Market place, através da subsidiária integral Takion Technology.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	20/12/1994
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anonima.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/02/1996

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Atom Empreendimentos e Participações S.A. é uma sociedade de capital aberto e está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 00.359.742/0001-08, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 41 3 0001901 1. Está sediada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Rua Messias Pereira de Paula, nº 333, CEP 18046-640.

A Atom Empreendimentos e Participações S.A. (nova denominação da Inepar Telecomunicações) foi fundada em 1994 e tinha por objeto social investir em empresas cujo objeto operacional está ligado às atividades de telecomunicações, bem como participar em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista.

Em meados do ano de 2000 a Companhia teve suas atividades paralisadas pelo antigo controlador, Grupo Inepar.

Em 29 de agosto de 2014, o antigo controlador em meio a uma crise financeira, ingressou com pedido de recuperação judicial, tendo incluído a Companhia no polo ativo das recuperadas, mesmo tendo passivo inferior a R\$ 500.000,00.

Dentro do contexto do Plano de Recuperação Judicial do antigo controlador da Companhia, ficou prevista desmobilização de ativos, dentre eles a venda da participação no capital da Companhia.

Em 26 de dezembro de 2014, a empresa WHPH Participações e Empreendimentos S.A. (“WHPH”), celebrou contrato com condições suspensivas para a aquisição da participação da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em recuperação Judicial no capital da Companhia.

Em 13 de maio de 2015, o antigo controlador da Companhia obteve junto aos seus credores a aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas do antigo controlador em recuperação, reunidos em Assembleia Geral. O plano de recuperação judicial foi submetido à votação e aprovado pelas quatro classes de credores existentes, em atendimento aos quóruns previstos no artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do antigo controlador da Companhia em recuperação.

Com a aprovação e homologação do plano, foi possível a WHPH implementar e concluir a operação de aquisição do controle da Companhia, com a conseqüente transferência da referida participação da Inepar S.A no capital da Inepar Telecom para a WHPH. A operação demarcou, para a WHPH e seus controladores a operacionalização da Companhia.

Em 31/03/2017 foi realizada Assembleia Geral dos acionistas onde foi deliberada entre outras coisas, principalmente:

- a) Transferências das atividades do controlador referente a mesa proprietária de investimentos por R\$ 1,00 (um real);
- b) Exclusão da terminologia “em recuperação judicial” aprovada pela primeira vara de direito de SP no dia 07 de fevereiro de 2017;
- c) Reforma do estatuto social da Companhia;
- d) Início das atividades da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Após o início das atividades, a companhia passou a ser objeto de ações judiciais dos credores do grupo Inepar, em processo de recuperação judicial, e do qual a companhia fazia parte até 26 de maio de 2015, ações estas que passaram a comprometer de forma relevante e adversa o desenvolvimento normal dos negócios sociais, visto que tinham por objeto o bloqueio de bens da companhia. Mesmo após decisão judicial transitada em julgado em que a companhia fora totalmente afastada do antigo controlador, sendo excluída irrevogavelmente do polo passivo do Grupo Inepar, a companhia continuou sendo alvo de ações que visavam bloquear seus bens, fazendo com que a companhia interpusse medidas protetórias para garantir que seus recursos financeiros não fossem sequestrados em favor dos credores do grupo do qual a companhia já não tem relação jurídica alguma.

Entre os problemas enfrentados pela companhia estão:

- (i) Dificuldades na abertura de conta corrente para movimentação em instituições financeiras;
- (ii) Dificuldades na abertura de crédito, financiamento, ou mesmo cartões de crédito corporativo;
- (iii) A inserção da companhia no polo passivo de processos movidos contra o Grupo Inepar, entre eles execuções fiscais, processos trabalhistas e sequestro de bens;

Visando superar e equalizar tais questões, a administração da companhia e a acionista controladora, WPH, firmaram um contrato de cessão de receitas, despesas operacionais, administrativas e despesas financeiras que manteve na WPH todos os fluxos financeiros da companhia de modo a proteger estes fluxos dos constantes bloqueios judiciais de recursos financeiros e, dessa forma, proteger a companhia e permitir que ela continuasse a desenvolver suas operações.

É importante ressaltar que a companhia não assumiu quaisquer passivos referentes ao contrato de cessão, sendo eles de inteira responsabilidade da WPH.

Dessa forma, a Administração protegeu a companhia de ações judiciais que visavam bloquear indevidamente os recursos da companhia, os quais foram cedidos à controladora e garantidos por debêntures com vencimento não superior a 90 dias, conferindo total liquidez para a companhia.

As debêntures emitidas pela WPH eram transferidas para a companhia e controladas após a apuração dos resultados de forma a evitar a transferência de fluxos financeiros e resguardar a companhia o integral cumprimento do contrato de cessão.

O ativo tecnológico e know-how transferidos à controladora ficaram protegidos de tais investidas e a companhia pode continuar seu desenvolvimento sem qualquer sobressalto. A controladora assumiu o compromisso de transferir os ativos tecnológicos para a companhia quando a companhia não corresse mais o risco dos bloqueios judiciais.

Em 25/02/2019 após ter o primeiro caso de bloqueios julgado e a decisão em linha com a realidade jurídica da companhia, a Companhia decidiu encerrar o contrato de cessão e os fluxos de receitas, despesas operacionais administrativas e despesas financeiras passaram a ocorrer dentro da AtomPar e suas subsidiárias. Ocorreu também na mesma data a transferência dos valores financeiros referentes a liquidação das debêntures

Em 21/11/2017 foi realizada Assembleia Geral dos acionistas onde foi deliberada entre outras coisas, principalmente:

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

a) Participação da Companhia na constituição de uma nova empresa voltada a Tecnologias para o Mercado Financeiro.

Em 02.04.2018, reunido, o Conselho de Administração deliberou a ratificação da contratação de empresa especializada para avaliação da parcela a ser cindida do patrimônio da Companhia, foi aprovado o laudo de avaliação subscrito pela empresa Alpha Auditores Independentes, bem como do instrumento de Justificação e do Protocolo de cisão parcial, ambos datados de 31.03.2018 para incorporação no patrimônio da Companhia Atom Consultoria Empresarial S.A., da totalidade do investimento que a Companhia possui no capital da empresa Atom Traders S.A. no valor de R\$ 6.565.000,00 (seis milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil reais).

Esse movimento de aumento de capital e cisão da companhia, foi mais uma medida necessária para proteger o caixa contra os bloqueios improcedentes de bens e direitos referente às demandas judiciais do grupo Inepar, no qual a companhia já não faz parte por conta de decisão transitada em julgado em março de 2017.

Na data destas demonstrações intermediárias os instrumentos jurídicos da cisão parcial estavam em tramitação na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP. Com essa aprovação, a COMPANHIA deverá aguardar ainda a aprovação de registro de companhia aberta da ATOM CONSULTORIA na B3 e na CVM, para homologação da cisão.

Em 14.03.2019 a CVM se pronunciou pelo indeferimento do processo e essa decisão aumentou as dificuldades da companhia em se proteger. Nesse momento a Administração da companhia está analisando, para decidir alternativas de proteção de seu patrimônio e fluxos financeiros.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Não há.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES - HISTÓRICO.

Em 26 de dezembro de 2014, a Inepar S.A. celebrou com a WHPH Participações e Empreendimentos S.A. (%WHPH+) o Instrumento de Compromisso de Compra e Venda de Ações com condições suspensivas, aditado em 20 de janeiro de 2015, o qual estabeleceu os termos e condições pelos quais a WHPH se obrigou, sujeito a implementação de determinadas condições precedentes a adquirir, de forma direta, a totalidade da participação da Inepar S.A. no capital da Inepar Telecom, correspondente a 217.070.571 ações ordinárias representativas de 69,2443% do total do capital, objeto do fato relevante publicado em 03 de fevereiro de 2015.

Tendo em vista que as condições precedentes para a conclusão da Operação foram verificadas, especialmente em relação à homologação do Plano de Recuperação Judicial, conforme decisão de 21 de maio de 2015, a Inepar S.A. e a WHPH implementaram entre os dias 21 a 25 de maio, o fechamento da operação de venda da totalidade da participação da Inepar S.A. no capital social da Inepar Telecom, com a conseqüente transferência imediata de 180.095.659 ações ordinárias que estavam livres, sendo que o saldo remanescente de 36.974.912 ações ordinárias serão transferidas tão logo estejam livres e desembaraçadas dos ônus e gravames que nelas recaem.

Com a transferência imediata, a WHPH passou a deter 57,4495% do capital total das ações de emissão da Inepar Telecom, percentual esse que atingirá 69,2443% do total quando da transferência do saldo remanescente.

O preço pela aquisição da participação total foi de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), equivalente ao preço unitário da ação de R\$ 0,023034.

Em 25 de setembro de 2015, com o objetivo de proceder a reorganização societária da Companhia, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social, a mudança da sede social da cidade de Curitiba (Pr) para Sorocaba (SP) e a reformulação dos administradores (Conselho de Administração. Na mesma data, também foi realizada Reunião do Conselho de Administração para a eleição da nova Diretoria, para completar o mandato em curso.

Na mesma Assembleia acima mencionada, foi aprovado o novo modelo de remuneração da Administração, contemplando:

- Que os membros da administração não receberão remuneração fixa.
- A única forma de ganho dos administradores com a Companhia deverá ser por meio dos seus investimentos pessoais na compra de ações da Companhia no mercado secundário, sendo assim, seus ganhos serão oriundos da valorização da Companhia e eventuais dividendos que venha a distribuir.
- Os administradores da Companhia estarão alinhados aos interesses dos acionistas, por estes serem também acionistas.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

- Nenhum membro da administração terá privilegio para compra de participações, devendo os mesmos adquirirem nas mesmas condições dos demais acionistas.

Em 23 de outubro de 2015, o Conselho de Administração aprovou, com o objetivo de impulsionar outras oportunidades de negócios a Companhia, até então paralisada, a constituição de uma empresa denominada ATOM TRADER S.A, com participação da Companhia de até 99,99% do capital social, com atividades relacionadas: (i) investimentos em títulos da dívida pública e operações de *day trade* no mercado financeiro, (ii) participações em empresas de *Prop Traders* no Brasil e no Exterior, (iii) atividades relacionadas a treinamento de *traders*, e (iv) participações em empresas no Brasil e no Exterior e Participação em outras empresas de qualquer atividade;

Com a operação, buscam-se os seguintes benefícios:

- Ativar a Companhia que está paralisada por quase 15 anos, sem ativos e nem passivos, gerando e agregando maior valor a Companhia, aos seus acionistas (atuais e futuros);
- Consolidar a Companhia e suas futuras participações em novas empresas (controladas) uma valorosa imagem de qualidade e performance, com o melhor aproveitamento da expertise de seus controladores.

Em 11 de janeiro de 2016, foi realizado no sistema eletrônico de negociação da BM&FBOVESPA Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro (BM&FBOVESPA) o leilão da Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA), registrado em 27 de novembro de 2015 sob o nº CVM/SRE/OPA/ALI/2015/003, tendo sido adquirido em leilão pela ofertante WHPH Participações e Empreendimentos S.A. (WHPH) o total de 3.470 ações ordinárias de emissão da Companhia. Com a realização do leilão da OPA, houve com sucesso a conclusão da aquisição do controle da Companhia pela WHPH.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

- a) Atividades relacionadas a treinamentos e desenvolvimento de pessoas para realizar investimentos de proprietários;
- b) Investimentos em títulos da dívida pública e operações de day trade no mercado financeiro;
- c) Prestação de serviços de assessoria e elaboração de projetos na área financeira;
- d) Serviços de consultoria, planejamento, administração e gestão financeira e de negócios; informática; recursos humanos e correlatos;
- e) Serviços de consultoria em tecnologia da informação;
- f) Atividades de assessoria, consultoria e de gestão empresarial, em especial na aquisição e gestão de ativos, de liquidação de dívidas e de recuperação de créditos;
- g) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
- h) Aquisição de bens e ativos mobiliários;
- i) Soluções integradas recuperação de créditos;
- j) Inteligência aplicada na área de recuperação de créditos e serviços de ativo e receptivo;
- k) Assessoria e gestão de negócios voltados para área de mercado de capitais;
- l) Participações em empresas de Prop Traders no Brasil e no Exterior, e, em outras empresas de qualquer atividade, na qualidade de sócio quotista ou acionista; e
- m) Holding de instituições não financeiras.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

7.1-A - Sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados.

Atualmente, as receitas auferidas pela Companhia são provenientes da área Educacional e de Tesouraria através da sua controlada Atom Traders.

Educacional:

A área educacional da Companhia tem como foco principal levar conhecimento a respeito de temas financeiros, com foco principalmente em operações *day trade* em mercados futuros. Um dos objetivos da área Educacional é treinar e desenvolver os próprios *traders*, alinhando os mesmos com as estratégias operacionais que nossa equipe acredita ser o melhor para se atingir os resultados.

Tesouraria:

Através da sua mesa de trading com aproximadamente 245 traders ativos (Dez.18), onde são realizadas operações de *day trade* no mercado futuro (contratos de índice, dólar, DI e ações).

Há também uma mesa de operações com foco em renda fixa e arbitragem no mercado financeiro.

Operações de compra e venda de títulos diversos de crédito privado, mútuos, duplicatas, promissórias, etc

A retenção e captação e seleção de traders para operar em sua mesa de trading é efetuado pela própria Companhia, onde é disponibilizado aos candidatos um processo de avaliação com metas e limites operacionais em ambiente simulado, e, quando atingidas as metas, estes candidatos são convidados a operar do mercado real, dividindo seus lucros com a Companhia.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia.

Atualmente, as receitas são provenientes do segmento educacional e de operações de tesouraria. Não há um percentual exato proveniente de cada segmento, uma vez que as receitas da área de tesouraria e educacional são variáveis mudando significativamente a cada trimestre.

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.

As atividades da companhia estiveram paralisadas nos exercícios anteriores. Abaixo demonstramos os resultados apresentados nos 3 (três) últimos exercícios:

	EXERCÍCIOS SOCIAIS		
	2018	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	R\$ 7.085.245,73	R\$ 4.064.884,51	R\$ (146.117,21)

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

a) características do processo de produção.

A companhia desenvolve atividades de publicação de conteúdo, portanto, não há um processo de produção definido em relação as atividades que desenvolve.

Educacional

A Companhia desenvolve atividades de publicação de material educacional, e engloba treinamentos que podem ser realizados online ou presencial. Os cursos são ministrados pelos traders mais experientes da Companhia, e os conteúdos educacionais são desenvolvidos baseados nas necessidades dos nossos traders e/ou com base em deficiências encontradas no operacional da nossa mesa de trading ou do mercado como um todo.

Tesouraria

A maior parte das atividades de tesouraria são realizadas pelos traders da sua mesa de operações, onde se busca resultado financeiro à Companhia.

As atividades de tesouraria também podem ser realizadas pelos seus traders prestadores de serviços. A Companhia disponibiliza recursos, plataformas operacionais para que o mesmo realize suas atividades, conforme parâmetros e riscos pré-determinados. Os resultados obtidos pelas operações são divididos conforme estipulado em contrato entre as partes.

O processo de seleção ocorre com a venda de simuladores e treinamento, obedecendo a padrões de desempenho e rentabilidade almejados pela Companhia.

b) características do processo de distribuição.

O processo de distribuição dos produtos oferecidos pela companhia é centralizado, ou seja, é efetuado pela companhia através dos escritórios de representação ou de site próprio. Os cursos e treinamentos oferecidos são distribuídos através de plataforma própria (online), e os cursos e treinamentos presenciais são realizados em sua sede ou em escritórios de representação.

A mesa de operações da Companhia não necessita de um local físico para que as atividades sejam realizadas. As operações são realizadas por plataforma online, e é composta por traders que podem operar de qualquer lugar do país ou do mundo.

c) características dos mercados de atuação:

O mercado de atuação é altamente restrito a capital e conhecimento.

d) eventual sazonalidade.

Não há.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

e) principais insumos e matérias primas

A companhia mantém ótima relação comercial com todos os seus colaboradores, os principais insumos são produzidos pela própria companhia que é capital humano e desenvolvimento educacional e capacitação nos mercados financeiros.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

a) montante total de receitas provenientes do cliente.

Não há.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

Não há.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5. EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DA COMPANHIA.

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

Não se aplica a companhia.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

Não se aplica a companhia.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Não há.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6. INFORMAÇÕES ACERCA DOS PAÍSES EM QUE A COMPANHIA OBTÉM RECEITAS RELEVANTES.

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Atualmente não se aplica a companhia.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Não aplicável a companhia.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Não aplicável a companhia.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7. REGULAÇÃO DOS PAÍSES EM QUE A COMPANHIA OBTÉM RECEITAS RELEVANTES.

Não aplicável a companhia.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8. POLÍTICAS SÓCIOAMBIENTAIS.

Não há.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1. AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO ATIVO RELEVANTE.

Não houve.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

No dia 31/03/2017 a companhia realizou uma assembleia no qual reformou grande parte do seu estatuto incluse o artº 3º da companhia referente a suas atividades que agora passam a ser:

- a) atividades relacionadas a treinamentos e desenvolvimento de pessoas para realizar investimentos de proprietários;
- b) investimentos em títulos da dívida pública e operações de day trade no mercado financeiro;
- c) prestação de serviços de assessoria e elaboração de projetos na área financeira;
- d) serviços de consultoria, planejamento, administração e gestão financeira e de negócios; informática; recursos humanos e correlatos;
- e) serviços de consultoria em tecnologia da informação;
- f) atividades de assessoria, consultoria e de gestão empresarial, em especial na aquisição e gestão de ativos, de liquidação de dívidas e de recuperação de créditos;
- g) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
- h) aquisição de bens e ativos mobiliários;
- i) soluções integradas recuperação de créditos;
- j) inteligência aplicada na área de recuperação de créditos e serviços de ativo e receptivo;
- k) assessoria e gestão de negócios voltados para área de mercado de capitais;
- l) participações em empresas de Prop Traders no Brasil e no Exterior, e, em outras empresas de qualquer atividade, na qualidade de sócio quotista ou acionista; e
- m) Holding de instituições não financeiras.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Não há.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Não há.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
ATOM TRADERS S.A.	23.994.857/0001-70	-	Controlada	Brasil	SP	Sorocaba	a-) atividades relacionadas a treinamentos e desenvolvimento de pessoas para realizar investimentos deproprietários; b-) investimentos em títulos da dívida pública e operações de day trade no mercado financeiro; c-) prestação de serviços de assessoria e elaboração de projetos na área financeira; d-) serviços de consultoria, planejamento, administração e gestão financeira e de negócios; informática; recursos humanos e correlatos; e-) atividades de assessoria, consultoria e de gestão empresarial, em especial na aquisição e gestão de ativos, de liquidação de dívidas e de recuperação de créditos; f-) aquisição de bens e ativos mobiliários; g-) soluções integradas recuperação de créditos; h-) inteligência aplicada na área de recuperação de créditos e serviços de ativo e receptivo; i-) assessoria e gestão de negócios voltados para área de mercado de capitais; e j-) participações em empresas de Prop Traders no Brasil e no Exterior, e, em outras empresas de qualquer atividade.	99,99
							Valor mercado	
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	11.133.851,55		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Atom Empreendimentos e Participações é uma holding de participações, e utiliza a ATOM Traders para atuação direta no mercado.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**a) condições financeiras e patrimoniais gerais.**

A Companhia ativou suas operações após mais de 16 anos inativa em 2017. Com investimentos de seu novo controlador, a companhia encerrou em 31/12/2017 com uma posição saudável de ativos líquidos de aproximadamente R\$ 5 milhões e 31/12/2018 com uma posição de ativos líquidos próximo de 11 milhões. A Companhia possui hoje uma operação saudável, sem endividamento e é geradora de caixa. Esses recursos dão a companhia segurança para a continuidade do seu desenvolvimento.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas.

Para a diretoria, a estrutura de capital é delimitada para atender as necessidades da companhia.

I. Hipóteses de Resgate

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações.

II. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A companhia não possui compromissos financeiros relevantes.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Não se contratou financiamento para capital de giro ou para investimentos em ativos não-circulantes.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não se aplica a companhia uma vez que não possuem passivos e suas atividades ainda são financiadas pelo controlador (WHPH).

f) níveis de endividamento e características das dívidas.

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

III. Grau de subordinação entre as dívidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não há contratos de empréstimos firmados no momento.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não aplicável à Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Não se aplica.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Não houve alterações significativas nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) resultados das operações da Companhia.****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Atualmente, as receitas são provenientes do segmento educacional e de operações de tesouraria.

A linha financeira vem dos resultados oriundos do contrato de cessão entre a companhia e sua Controladora, WHPH Participações e Empreendimentos S.A. O contrato de cessão formalizou a transferência gratuita de todas as receitas, despesas e despesas financeiras relacionadas as atividades de "prop trading". A composição dessa receitas levam em conta:

- Operações de day-trade no mercados futuros regulados da B3;
- Operações estruturadas de compra e venda de recebíveis;
- Operações de renda fixa de crédito privado, títulos públicos, títulos privados;
- Prestação de serviços educacionais e publicações.
- entre outras;

Essa receita pode possuir alto grau de volatilidade uma vez que depende do desempenho dos operacionais traders, situações de liquidez no mercado de crédito entre outros riscos.

Receita proveniente do contrato de cessão	31.12.2018
Receitas com publicações educacionais e atividades de mesa de trading	4.840
Receitas Operações de Renda Fixa / Crédito	1.388
Receitas financeiras de Debêntures	595
Total	6.823

Ressaltamos que durante meados do primeiro trimestre de 2019, o contrato de cessão foi rescindido e os ativos tecnológicos das atividades foram transferidos para as subsidiárias Atom Traders, podendo impactar no montante da receita da Companhia. Em 25/02/2019 após ter o primeiro caso de bloqueios julgado e a decisão em linha com a realidade jurídica da companhia, a Companhia decidiu encerrar o contrato de cessão e os fluxos de receitas, despesas operacionais administrativas e despesas financeiras passaram a ocorrer dentro da Atom e suas subsidiárias. Ocorreu também na mesma data a transferidos dos valores financeiros referentes a liquidação das debêntures.

A receita educacional é proveniente da publicação e material de treinamento de pessoas para trabalhar no mercado financeiro. Essa linha de receitas da Companhia vem evoluindo de forma satisfatória e deverá ser uma das grandes vertentes da Companhia no futuro.

Receita de Publicação de Conteúdo Educacional	31.12.2018
Receita de Vendas de Mercadorias e Serviços	5.469
Total	5.469

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não há.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

c.1) Impacto da inflação.

Não houve.

c.2) Variações de preços dos principais insumos e produtos.

Não houve.

c.3) Variações do câmbio e taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro.

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) introdução ou alienação de segmento operacional.**

Não ocorreram eventos relevantes.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

A companhia deu início em dezembro de 2017 a constituição da Takion S.A, companhia que atuará como provedora de tecnologia para o mercado de criptomoedas (token virtual). Em 08 de maio de 2019 a subsidiária Takion Technology extinguiu sua participação na subsidiária TG COIN.

c) eventos ou operações não usuais.

Durante o primeiro semestre de 2018 a companhia realizou um aumento de capital de aproximadamente R\$ 6,555 milhões em sua subsidiária, a Atom Traders. Essa operação envolveu:

- A transferência de debêntures detidas pela AtomPar de emissão de seu controlador de aproximadamente R\$ 1,869 milhões para a Atom Traders;
- A utilização de dividendos a receber pela AtomPar da Atom Traders, no valor de aproximado de R\$ 4,686 milhões;

Com isso houve apenas uma movimentação contábil e jurídica sem a necessidade de liquidação financeira.

Esse movimento ocorreu com dois objetivos:

- O de cindir a companhia e, conseqüentemente, fazer com que a Atom Traders deixasse de ser uma subsidiária da companhia, visando proteger a subsidiária das incontáveis e impertinentes restrições em função dos problemas relacionados indevidamente com o ex-controlador, Grupo Inepar;
- O de transferir os recursos para a subsidiária se capitalizar e concentrar as operações para de iniciar o encerramento do contrato de cessão entre o controlador e a companhia trazendo maior transparência.

No primeiro trimestre de 2019 a CVM indeferiu a pedido de registro de companhia aberta da Atom Consultoria (sociedade que receberia a parcela cindida da Companhia) e, portanto, a cisão (que era condicionada à obtenção do pedido de registro de companhia aberta) foi cancelada.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Em 19 de abril de 2019 a Administração da Companhia decidiu por revisar as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e notas explicativas anteriormente aprovadas para divulgação em 24 de janeiro de 2019, tendo em vista, primordialmente, a necessidade de melhor detalhar o registro e apresentação das referidas demonstrações, levando em consideração as seguintes informações contidas na nota explicativa (1), a saber:

Após o início das atividades, a Companhia passou a ser objeto de ações judiciais dos credores do grupo Inepar, em processo de recuperação judicial, e do qual a Companhia fazia parte até 26 de maio de 2015, ações estas que passaram a comprometer de forma relevante e adversa o desenvolvimento normal dos negócios sociais, visto que tinham por objeto o bloqueio de bens da companhia. Mesmo após decisão judicial transitada em julgado em que a Companhia fora totalmente afastada do antigo controlador, sendo excluída irrevogavelmente do polo passivo do Grupo Inepar, a companhia continuou sendo alvo de ações que visavam bloquear seus bens, fazendo com que a companhia interpusse medidas protetórias para garantir que seus recursos financeiros não fossem sequestrados em favor dos credores do grupo do qual a Companhia já não tem relação jurídica alguma.

Entre os problemas enfrentados pela Companhia estão:

- (i) Dificuldades na abertura de conta corrente para movimentação em instituições financeiras;
- (ii) Dificuldades na abertura de crédito, financiamento, ou mesmo cartões de crédito corporativo;
- (iii) A inserção da Companhia no polo passivo de processos movidos contra o Grupo Inepar, entre eles execuções fiscais, processos trabalhistas e sequestro de bens;

Visando superar e equalizar tais questões, a administração da Companhia e a acionista controladora, WHPH, firmaram um contrato de cessão de receitas, despesas operacionais, administrativas e despesas financeiras que manteve na WHPH todos os fluxos financeiros da Companhia de modo a proteger estes fluxos dos constantes bloqueios judiciais de recursos financeiros e, dessa forma, proteger a Companhia e permitir que ela continuasse a desenvolver suas operações.

Dessa forma, a Administração protegeu a Companhia de ações judiciais que visavam bloquear indevidamente os recursos da Companhia, os quais foram cedidos à controladora e garantidos por debêntures com vencimento não superior a 90 dias, conferindo total liquidez para a companhia.

As debêntures emitidas pela WHPH eram transferidas para a Companhia e controladas após a apuração dos resultados de forma a evitar a transferência de fluxos financeiros e resguardar a companhia o integral cumprimento do contrato de cessão.

O ativo tecnológico e know-how transferidos à controladora ficaram protegidos de tais investidas e a Companhia pode continuar seu desenvolvimento sem qualquer sobressalto. A controladora assumiu o compromisso de transferir os ativos tecnológicos para a Companhia quando a Companhia não corresse mais o risco dos bloqueios judiciais.

Em 21/11/2017 foi realizada Assembleia Geral dos acionistas onde foi deliberada entre outras coisas, principalmente:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Participação da Companhia na constituição de uma nova empresa voltada a Tecnologias para o Mercado Financeiro.

Em 02.04.2018, reunido o Conselho de Administração, deliberou a ratificação da contratação de empresa especializada para avaliação da parcela a ser cindida do patrimônio da Companhia, foi aprovado o laudo de avaliação subscrito pela empresa Alpha Auditores Independentes, bem como do instrumento de Justificação e do Protocolo de cisão parcial, ambos datados de 31.03.2018 para incorporação no patrimônio da Companhia Atom Consultoria Empresarial S.A., da totalidade do investimento que a Companhia possui no capital da empresa Atom Traders S.A. no valor de R\$ 6.565.000,00 (seis milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil reais).

Esse movimento de aumento de capital e cisão da Companhia, foi mais uma medida necessária para proteger o caixa contra os bloqueios im procedentes de bens e direitos referente às demandas judiciais do grupo Inepar, no qual a Companhia já não faz parte por conta de decisão transitada em julgado em março de 2017.

Na data destas demonstrações intermediárias os instrumentos jurídicos da cisão parcial estavam em tramitação na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP. Com essa aprovação, a Companhia deverá aguardar ainda a aprovação de registro de companhia aberta da Atom Consultoria na B3 e na CVM, para homologação da cisão.

Em 14.03.2019 a CVM se pronunciou pelo indeferimento do processo e essa decisão aumentou as dificuldades da companhia em se proteger. Nesse momento a Administração da Companhia está analisando, para decidir alternativas de proteção de seu patrimônio e fluxos financeiros.

Com base no histórico descrito em que as operações e os registros analíticos, por força do contrato de cessão, foram devidamente registrados na controladora WPH e escriturados na Companhia como receitas e despesas financeiras, sem qualquer segregação, e considerando os questionamentos a que a Companhia foi submetido, a Administração reconheceu e autorizou a revisão dos lançamentos que tinham como origem o Contrato de Cessão, os quais estão demonstrados nas notas explicativas (12), (13) e (14).

Em consequência dos exames e avaliações dos procedimentos adotados na revisão promovida na Companhia e suas Controladas, constatamos que:

1. Não houve alteração do resultado individual da Companhia e nem do resultado consolidado;
2. Não houve qualquer alteração no valor do Patrimônio Líquido individual e consolidado;
3. Não foi constatado a constituição de quaisquer passivos em relação à Companhia e suas controladas;

Nossa opinião não está ressalvada em relação ao assunto descrito neste parágrafo.

a) **Mudanças significativas nas práticas contábeis.**

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Essas informações contábeis intermediárias financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Não houve.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras da sociedade foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, que, no caso da Companhia, em função da inexistência de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, não apresentam diferenças em relação às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitida pelo IASB – International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras incluem ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos, aplicáveis a uma empresa com suas atividades operacionais paralisadas, para melhor refletir a posição patrimonial e contábil da Empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial.**

O contrato de cessão e posteriormente a transferência dos ativos tecnológicos ocorrida em meados do primeiro trimestre de 2019 podem se enquadrar em um ativo não evidenciado nas DFP's.

Esse ativo foi transferido de maneira gratuita pelo controlador e produziu mais de R\$ 11 milhões em resultados para a companhia. Portanto há valor tecnológico e know-how.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não ocorreram.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

O contrato de cessão permitiu a operacionalização da Companhia após mais de 16 anos de paralização e possibilitou grande geração de resultados.

Com ele a Companhia conseguiu alavancagem financeira e se capitalizar oriundo do bom relacionamento e disponibilidades financeiras do seu controlador, bem como acesso a tecnologia, know-how entre outras frentes.

O impacto na receita:

O contrato foi extremamente relevante durante o ano de 2017 e primeiro semestre de 2018, quando a companhia já capitalizada com os resultados gerados e buscando maior transparência e reorganização societária passou a originar as próprias receitas. Atualmente no primeiro trimestre de 2019 já era pouco representativo quando foi eliminado e os ativos tecnológicos e know-how foram transferidos para a Atom Traders e Atom Editora.

O impacto nas despesas administrativas e financeiras:

O impacto é pouco representativo, pois basicamente todas as despesas administrativas e financeiras eram oriundas das atividades que foram transferidas e hoje estão operacionalizadas.

Resultado operacional:

Com a transferência da cessão para transferência permanente do know-how para as subsidiárias Atom Traders e Atom Editora não se espera impacto relevante. Uma vez que os resultados vinham sendo transferidos na totalidade.

Outros itens da DFP's:

Como informado, no primeiro trimestre de 2019 a companhia extinguiu o contrato de cessão e com isso acredita que haja ainda maior transparência das suas atividades bem como independência em relação ao controlador.

b) natureza e propósito da operação.

A operação de cessão teve como propósito:

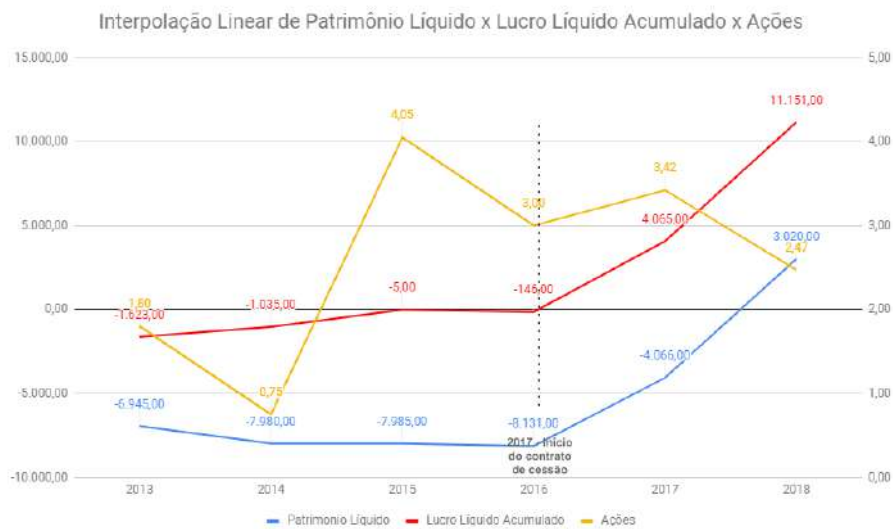
- Operacionalizar a companhia em grandes dificuldades jurídicas e administrativas, paralisadas por mais de 16 anos e desde a sua fundação em produzir resultados;
- Proteger a geração de riqueza e capital produzido pelas suas novas atividades de incontáveis assédios im procedentes jurídicos, mesmo a companhia tendo uma decisão favorável transitada em julgado.
- Dar acesso a crédito e alavancagem para que a companhia pudesse se desenvolver;
- Possibilitar a operacionalização imediata da companhia e contornar os riscos inerentes aos problemas jurídicos administrativos.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Com a operação a Companhia não assumiu nenhuma obrigação, uma vez que foram cedidos de maneira gratuita. Ao longo dos últimos 21 meses a companhia gerou:

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- 1- Criação de um ativo intangível que é sua marca, uma das principais referências em educação e aceleradora de novos traders;
- 2- Know-how operacional e estratégico de grande geração de valor em um mercado exatamente competitivo;
- 3- Foram gerados mais de R\$ 24 milhões desde o início das suas operações;
- 4- Foi construída uma base de mais de 200 mil pessoas interessadas em ingressar na área financeira;
- 5- Foram produzidos mais de R\$ 11 milhões de lucro líquido no período.
- 6- A companhia teve uma mutação no seu PL que passou de – (menos) R\$ 9 milhões para quase R\$ 3 milhões de PL positivo;
- 7- Criação de um modelo de negócios único e segmentado com perspectivas de crescimento e desenvolvimento para os próximos anos.



10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos).

i descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Até 31/12/2016, a Companhia estava com as atividades paralisadas e a retomada das atividades pelos novos controladores dependia definitivamente da liberação da condição de recuperanda. Com a saída definitiva da condição de recuperanda, que ocorreu em março de 2017, os novos controladores aportaram ativos na Companhia e retomaram as suas atividades operacionais.

A companhia tem feito investimentos em automação e nos controles de risco das operações no mercado financeiro. Esses investimentos são necessários para que a companhia tenha crescimento sustentado e controlado. Esses investimentos são feitos à medida que a companhia cresce, sendo destinada uma parte do resultado líquido da área para isso, que fica entre 5% a 10%.

ii fontes de financiamento dos investimentos.

As fontes de recursos para investimentos é a própria geração de caixa da companhia, uma vez que em função de seu histórico não possui acesso a créditos e financiamentos.

iii desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não há.

c) novos produtos e serviços.

Em 2018, a Atom subscreveu capital na Takion Technology S/A, criada com o objetivo de atuar no segmento de criptoativos, com a atuação na área de criptomoedas (tokens virtuais), com a criação de um token que funcionará de forma similar a cupom de descontos e programas de fidelidade, e a construção de um market place próprio (Market Cash) e inovador ao permitir a utilização de tokens como cupom de desconto.

Os produtos disponibilizados pelo Market Cash inicialmente serão:

- 1- Info-produtos: cursos, e-books, treinamentos online;
- 2- Produtos físicos de esportes;
- 3- A companhia negocia também passagens aéreas, hotéis e outros produtos que ainda estão em fase inicial.

A Companhia lançou ao final do 3º trimestre 2018 um programa educacional baseado na sua experiência com trade com dois focos:

- 1- Educacional Básico, onde ensina a profissão de trader para novatos, difundindo conhecimento e treinamento dentro dos mais altos padrões de exigência.
- 2- Aceleradora de Traders, onde busca treinar traders experientes e novatos para que atinjam o melhor desempenho.

A Companhia vê esse segmento como crucial para atrair traders novatos e mais experientes com

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

pensamentos de longo prazo para a Companhia. Desde o início esse novo processo trás vantagens para a Companhia, que são principalmente vantagens de crescimento na área educacional e crescimento na área trading com mais equilíbrio, uma vez que temos melhor separação sobre traders que desejam ficar na Companhia, contra “traders que estão de passagem”. Essa nova classificação Traders Acelerados X Traders de Carreira trás melhor transparência para a Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Conforme explicado anteriormente a Companhia enfrenta diversos desafios em decorrência de sua inserção no polo passivo de processos movidos contra o Grupo Inepar. Por essa razão a Companhia necessita empreender maior vigilância e criatividade na administração de seus recursos e ativos.

No primeiro trimestre de 2019, a Companhia se tornou completamente independente da sua controladora, e, ainda, cancelou a sua cisão em razão do indeferimento do registro de companhia aberta pela CVM da companhia que receberia a parcela cindida.

Abaixo exemplificamos o tipo de situação que a Companhia vem enfrentando.

Fato real: A Companhia sofreu o bloqueio de recursos no valor R\$ 6,5 milhões, de maneira totalmente indevida em razão de uma decisão do juízo de Jacareí. A Companhia sequer foi citada ou notificada até receber o bloqueio e execução de R\$ 6,5 milhões referentes a um processo de outra companhia subsidiária do Grupo Inepar.

Agindo rapidamente como em outras vezes a administração da Companhia se deslocou até a referida vara e protocolou uma rápida resposta contextualizando e alertando a realidade da Companhia e o fato de não pertencer mais ao Grupo Inepar. Após tais procedimentos por parte da administração da Companhia, a Companhia conseguiu desbloquear tais valores.

Após o início das atividades, a companhia passou a ser objeto de ações judiciais dos credores do grupo Inepar, em processo de recuperação judicial, e do qual a companhia fazia parte até 26 de maio de 2015, ações estas que passaram a comprometer de forma relevante e adversa o desenvolvimento normal dos negócios sociais, visto que tinham por objeto o bloqueio de bens da companhia. Mesmo após decisão judicial transitada em julgado em que a companhia fora totalmente afastada do antigo controlador, sendo excluída irrevogavelmente do polo passivo do Grupo Inepar, a companhia continuou sendo alvo de ações que visavam bloquear seus bens, fazendo com que companhia, interpusse medidas protetórias para garantir que seus recursos financeiros não fossem sequestrados em favor dos credores do grupo do qual a companhia já não tem relação jurídica alguma.

Entre os problemas enfrentados pela companhia estão:

- Dificuldades na abertura de contas correntes para movimentação em instituições financeiras;
- Dificuldades na abertura de crédito, financiamento, ou mesmo cartões de crédito corporativo;
- A inserção da companhia no polo passivo de processos movidos contra o Grupo Inepar, entre eles execuções fiscais, processos trabalhistas, e sequestro de bens;

Visando superar e equalizar tais questões, a administração da companhia e a acionista controladora, WHPH, firmaram um contrato de cessão de receitas, despesas operacionais, administrativas e despesas financeiras que manteve na WHPH todos os fluxos financeiros da Companhia de modo a proteger estes fluxos dos constantes bloqueios judiciais de recursos financeiros e, dessa forma, proteger a Companhia e permitir que ela continuasse a desenvolver suas operações.

Dessa forma, a Administração protegeu a companhia de ações judiciais que visavam bloquear os recursos da companhia indevidamente, os quais foram cedidos à controladora e garantidos por debêntures com vencimento não superior a 90 dias conferindo total liquidez para a companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

As debêntures emitidas pela WPHH eram transferidas para a Atom Par e controladas após apuração dos resultados de forma a evitar a transferência de fluxos financeiros e resguardar a companhia o integral cumprimento do contrato de cessão.

O ativo tecnológico e know-how ora transferidos à controladora ficaram protegidos de tais investidas e a companhia pode continuar seu desenvolvimento sem qualquer sobressalto. A controladora assumiu o compromisso de transferir os ativos tecnológicos para a companhia quando a companhia não corresse mais o risco dos bloqueios judiciais.

Em 25/02/2019 após ter o primeiro caso de bloqueios julgado e a decisão em linha com a realidade jurídica da companhia, a Companhia decidiu encerrar o contrato de cessão e os fluxos de receitas, despesas operacionais administrativas e despesas financeiras passaram a ocorrer dentro da Atom e suas subsidiárias. Ocorreu também na mesma data a transferidos dos valores financeiros referentes a liquidação das debêntures.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a) Objeto das projeções.

Não há.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção.

Não há.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle.

Não há.

d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção.

Não há.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.

Não há.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

Não há.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Não há.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa**12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO.****12.1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA COMPANHIA, CONFORME ESTABELECIDO NO SEU ESTATUTO SOCIAL E REGIMENTO INTERNO.****a) atribuições de cada órgão e comitê.**

A Sociedade terá um Conselho de Administração constituído de até 9 (nove) membros, respeitando o mínimo legal, eleitos pela Assembléia Geral entre acionistas residentes no País, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente. Abaixo destacamos as principais atribuições do órgão:

- a)** Fixar, orientar e fiscalizar o exato cumprimento do objetivo social;
- b)** Examinar a qualquer tempo os livros e papéis da sociedade, solicitando da Diretoria dados e informes pertinentes;
- c)** Eleger e destituir, quando julgar necessário, os membros da Diretoria da Sociedade;
- d)** Deliberar a respeito de negociações, pela Sociedade, com as próprias ações, observado o disposto na legislação pertinente;
- e)** Deliberar a respeito da emissão de ações do capital autorizado, dentro do limite respectivo, respeitado o disposto no Art. 7º, bem como fixar, querendo, prazo para o exercício do direito de preferência dos acionistas, para subscrição de Títulos e Valores Mobiliários;
- f)** Deliberar sobre as condições de emissão de Debêntures de que tratam os Incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, por delegação da Assembleia Geral da Sociedade;
- g)** Deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias Comerciais, para distribuição pública;
- h)** Deliberar sobre os orçamentos anuais de operações e de investimentos;
- i)** Na pessoa do seu Presidente, instalar e presidir as Assembleias Gerais da Sociedade;
- j)** Apresentar a Assembleia Geral os relatórios de cada exercício, balanços e as contas de lucros e perdas, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal, quando este estiver em funcionamento, propondo a destinação do lucro líquido, inclusive a fixação do respectivo dividendo, respeitando o mínimo assegurado aos acionistas;
- l)** Formular e submeter quaisquer propostas de alteração do presente Estatuto à deliberação da Assembleia Geral dos acionistas, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, quando este estiver em funcionamento;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

m) Sugerir à Diretoria a adoção de normas gerais de administração e racionalização.

A sociedade terá uma Diretoria composta de até 04 (quatro) membros, respeitado o mínimo legal, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandatos coincidentes de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente.

A representação da Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, será sempre exercida por 02 (dois) Diretores, tendo amplos poderes de administração e gestão dos negócios da sociedade para a prática de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, podendo:

- (a) Contrair empréstimos nacionais e/ou internacionais;
- (b) Promover transações e renunciar direitos;
- (c) Adquirir, alienar e onerar bens patrimoniais da Sociedade.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral entre pessoas naturais, residentes e domiciliadas no País e possuidoras das exigências contidas no Artigo 162 da Lei 6404/76, alterada pelas Leis nºs 9.457/97 e 10.303/01, podendo ser reeleitos em conjunto ou separadamente.

O Conselho Fiscal terá as atribuições e poderes que a Lei lhe confere.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês.

O Conselho Fiscal não tem função permanente, cabendo a Assembléia Geral que os eleger fixar a remuneração de seus membros, observado o que dispõe o art. 162 da Lei 6404/76, alterada pelas Leis nºs 9.457/97 e 10.303/01.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

Não há.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

A Diretoria terá a seguinte composição: 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente e 02 (dois) Diretores sem designação específica, os quais no ato de sua eleição terão suas funções atribuídas pelo Conselho de Administração.

Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela Lei e pelo Estatuto Social, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- a) Ao Diretor Presidente: (i) - cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as deliberações das Assembléias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria; (ii) - convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria e (iii) - estruturar e dirigir todos os serviços da Sociedade de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração;
- b) Ao Diretor Vice-Presidente: (i) substituir o Diretor Presidente nos seus impedimentos e; (ii) juntamente com os Diretores sem designação específica, colaborar com o Diretor Presidente; (iii) comparecer às Reuniões da Diretoria; (iv) desempenhar as funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.
- c) A função de Diretor de Relações com o Mercado poderá ser exercida cumulativamente pelo Diretor Presidente, pelo Diretor Vice-Presidente ou por qualquer outro membro da Diretoria.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

Não há.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) Prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e 8 dias corridos de antecedência em segunda convocação, observada a regra prevista no art. 124, § 1º, item II, da Lei n.º 6.404/1976

b) Competências.

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Os editais de convocação para as Assembleias Gerais serão assinados por 02 (dois) membros do Conselho de Administração, dele devendo constar a ordem do dia, ainda que sumariamente, bem como o dia, local e hora da reunião.

A Assembleia Geral será sempre instalada pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, por outro Conselheiro, sendo, entretanto, facultado fazer-se substituir na Presidência da Assembleia por um acionista eleito pelos demais e este convidará um acionista para servir de Secretário.

Só poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro competente, até 05 (cinco) dias antes da data da respectiva Assembleia.

A Assembleia Geral deliberará por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em brancos.

Guardar-se-á, quando da instalação da Assembleia, ordem dos trabalhos e quórum para deliberação, bem como o que a Lei contiver a respeito.

c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

.Endereço eletrônico:

<http://www.atompar.com.br/>

<http://www.cvm.gov.br/>

Endereço Físico:

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

Rua Messias Pereira de Paula nº 333, Parte 3, bairro Elton Ville, CEP nº 18046-640, Sorocaba / SP, Telefone (015) 3031-6100 – Fax (015) 3031-6111.

d) Identificação e administração de conflitos de interesses.

A Companhia informa que não possui qualquer mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesse além daqueles impostos por lei. A Companhia solucionará eventuais conflitos de interesse de maneira individualizada, conforme sua necessidade.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

A Companhia não adota práticas ou políticas diferenciadas relativamente à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto, além daquelas estipuladas na legislação societária.

f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

A Companhia não adota práticas ou políticas diferenciadas relativamente às formalidades para aceitação de instrumentos de procuração estipuladas na legislação societária e pela CVM. Conforme prevê a Lei 6.404/76, o acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos. Contudo, conforme entendimento da CVM, os acionistas que sejam pessoas jurídicas podem ser representados nas assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, não havendo necessidade desse mandatário ser acionista, administrador da companhia ou advogado. A Companhia. É dispensado o reconhecimento de firma, notariação, consularização, porém exigida a tradução juramentada. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização.

O acionista que optar por exercer o direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Rua Messias Pereira de Paula nº 333, Parte 3, bairro Elton Ville, CEP nº 18046-640, Sorocaba / São Paulo - Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

(i) via física do presente boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

(ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

(a) Para pessoas físicas:

- documento de identidade com foto do acionista;

(b) Para pessoas jurídicas:

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e

- documento de identidade com foto do representante legal

(c) Para fundos de investimentos:

- último regulamento consolidado do fundo;

- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e

- documento de identidade com foto do representante legal.

A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto conferidos no território brasileiro e a notarização daqueles concedidos fora do país, sendo exigida, porém, a tradução juramentada.

Nos termos do artigo 21-U da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia comunicará ao acionista, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do boletim de voto, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Os documentos necessários ao exercício do voto à distância deverão ser recebidos na Companhia em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral. Eventuais boletins de voto recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância.

i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.

Caso o acionista pretenda incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada à Rua Messias Pereira de Paula nº 333, Parte 3, bairro Elton Ville, CEP nº 18046-640, Sorocaba / São Paulo - Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes, ou por meio do endereço eletrônico ri@atompar.com.br, nos prazos estabelecidos pela regulamentação vigente.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

- j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

A Companhia não mantém fóruns na internet destinados a receber e compartilhar comentários sobre as pautas das Assembleias.

- k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

Alternativamente ao envio diretamente à Companhia, o boletim de voto à distância também pode ser enviado pelo acionista por transmissão de instruções de preenchimento (i) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central, ou (ii) ao departamento de ações escriturais do Banco Bradesco, instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de ações escriturais, no caso das ações não depositadas em depositário central.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA**12.3. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.****a) frequência das reuniões.**

As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas por convocação do seu Presidente, por quem serão instaladas e presididas.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

Não há acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses.

Não há.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DO ESTATUTO PARA A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS ENTRE ACIONISTAS E ENTRE ESTES E A COMPANHIA POR MEIO DE ARBITRAGEM.

Não há.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
ANA CAROLINA PAIFER	30/11/1987	Diretoria	23/06/2017	MANDATO DE 03 ANOS	2
372.241.708-28	EMPRESÁRIA	10 - Diretor Presidente / Superintendente	23/06/2017	Sim	0%
Membro do Conselho de Administração.					
ANA CAROLINA PAIFER	30/11/1987	Conselho de Administração	28/06/2018	ATÉ AGO DE APROVAÇÃO DE CONTAS DE 31.12.2019	2
372.241.708-28	EMPRESÁRIA	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/06/2018	Sim	0%
Diretor Presidente.					
DANILO RODRIGO CISOTTO	20/05/1986	Diretoria	23/06/2017	MANDATO DE 03 ANOS	2
351.545.288-59	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	19 - Outros Diretores	23/06/2017	Sim	0%
Não possui outros cargos/funções.		Não possui outros cargos/funções.			
Guilherme Henrique Cunha	01/11/1989	Diretoria	18/03/2019	ATÉ AGO DE APROVAÇÃO DE CONTAS DE 31.12.2019	0
376.839.318-61	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	12 - Diretor de Relações com Investidores	18/03/2019	Não	0%
Maria Cecilia Paifer de Carvalho	24/04/1984	Conselho de Administração	31/03/2017	MANDATO EM CURSO DE 03 ANOS	2
322.694.758-36	ADVOGADA	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/03/2017	Sim	0%
Não possui outros cargos/funções.					
ZILLA PATRICIA BENDIT	27/08/1956	Conselho de Administração	31/03/2017	MANDATO EM CURSO DE 3 ANOS	2
033.495.838-57	PROFESSORA E ASSESSORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/03/2017	Sim	0%
Não possui outros cargos/funções.					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
ANA CAROLINA PAIFER - 372.241.708-28					

ANA CAROLINA PAIFER - 372.241.708-28

É Diretora de Relacionamento com o Cliente na JP Tuchê Asset Management desde 2012. Graduada Bacharel em Administração de Empresas pela FACAMP - Campinas. Em 2005 iniciou como Agente Autônomo de Investimentos na Gradual CCTVM S.A. responsável pela captação de clientes e execução de estratégias de investimentos, em 2007 se tornou sócia da Paiffer Investimentos e atuou como CMO até novembro de 2010, quando entrou para a área de Retail na CM Capital Markets CCTVM, permanecendo até 2012.

DANILO RODRIGO CISOTTO - 351.545.288-59

Diretor Administrativo, Risco e Compliance da JP Tuchê Asset Management desde 2012. Graduado Bacharel em Administração de Empresas pela ESAMC – Sorocaba. Em 2004 iniciou como Analista Financeiro no Grupo Sebastiani, Holding do Setor agrícola do interior de São Paulo. Em 2009 atuou na Paiffer Investimentos como Gerente Administrativo e Financeiro, em 2010 como Gerente de Controle na CM Capital Markets CCTVM, onde permaneceu até 2012.

Guilherme Henrique Cunha - 376.839.318-61

MBA Executivo Internacional a título de especialista pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Gestão Comercial e Bacharel em Administração, possui 10 anos de experiência na área comercial bancária, realizando assessoria financeira a empresas de pequeno e médio porte e consultoria de investimentos para Gerentes, Superintendentes e Diretores de grandes empresas como: Mercedes-Benz, Danone, Odebrecht, Banco Safra, BTG Pactual e Banco Central. Diretor e Palestrante na Conecta Soluções Financeiras, desde início da empresa, já são mais de 1 mil empresários e famílias atendidos em todo o Brasil. Representante dos Espaços Atom nas cidades de Jundiaí-SP, Campinas-SP, Piracicaba-SP, Rio de Janeiro - RJ e New York - USA. Management das Startups: Recomenda Ações e Contabiliza.

Maria Cecilia Paifer de Carvalho - 322.694.758-36

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas com ênfase em Direito Público. Com mais de 10 anos de experiência em multinacionais de grande porte, bem como empresas nacionais de capital aberto no planejamento e assessoria tributária.

ZILLA PATRICIA BENDIT - 033.495.838-57

É Professora da Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração do Estado de São Paulo desde 1987, da FACAMP – Faculdade de Campinas desde 1999 e da Fundação Getúlio Vargas desde 2000, onde atua também como Principal Assessora de Desenvolvimento Institucional (ASDI). Zila é Mestre pela FGV EAESP (1984) e Doutora pela FGV EAESP (2001).

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
ANA CAROLINA PAIFER - 372.241.708-28	
ANA CAROLINA PAIFER - 372.241.708-28	
N/A	
DANILO RODRIGO CISOTTO - 351.545.288-59	
N/A	
Guilherme Henrique Cunha - 376.839.318-61	
N/A	
Maria Cecilia Paifer de Carvalho - 322.694.758-36	
N/A	
ZILLA PATRICIA BENDIT - 033.495.838-57	
N/A	

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há comitês.

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ANA CAROLINA PAIFER	372.241.708-28	WHPH Participações e Empreedimentos S.A.	00.359.742/0001-08	
DIRETOR PRESIDENTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Maria Cecilia Paifer de Carvalho	322.694.758-36	WHPH Participações e Empreedimentos S.A.	00.359.742/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
<u>Observação</u>				

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

Não há.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

12.13. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES.

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13.1 É Política / Prática de Remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de setembro de 2015, foi aprovado o novo modelo de remuneração da Administração, contemplando:

- Que os membros da administração não receberão remuneração fixa.
- A única forma de ganho dos administradores com a Companhia deverá ser por meio dos seus investimentos pessoais na compra de ações da Companhia no mercado secundário, sendo assim, seus ganhos serão oriundos da valorização da Companhia e eventuais dividendos que venha a distribuir.
- Os administradores da Companhia estarão alinhados aos interesses dos acionistas, por estes serem também acionistas.
- Nenhum membro da administração terá privilegio para compra de participações, devendo os mesmos adquirirem nas mesmas condições dos demais acionistas.

b. composição da remuneração, indicando.

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Os membros da administração não receberão remuneração fixa, vide na letra ~~a~~ anterior novo modelo de política de remuneração dos membros da Administração.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

Os membros da administração não receberão remuneração fixa, vide na letra ~~a~~ anterior novo modelo de política de remuneração dos membros da Administração.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

Os membros da administração não receberão remuneração fixa, vide na letra ~~a~~ anterior novo modelo de política de remuneração dos membros da Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

- Estar alinhados aos interesses dos acionistas, por serem também acionistas;
- Ser economicamente viável;

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

- Buscar o comprometimento com os resultados e alinhamento com os objetivos da empresa.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Não se aplica a companhia.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não se aplica a companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

Não se aplica a companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não se aplica a companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não se aplica a companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4,00	2,00		6,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme novo modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.	Conforme novo modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.		
Total da remuneração	4,00	2,00		6,00

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4,00	2,00		6,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme novo modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.	Conforme novo modelo de remuneração implantado na Companhia, os administradores não tem remuneração fixa.		
Total da remuneração	4,00	2,00		7,00

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,00		9,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6,00	3,00		9,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	6,00	3,00		9,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Não se aplica a companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, por nós emitidos, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Não há.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Não aplicável a em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável a em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

Não aplicável a em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

Não aplicável a em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	2,00	2,00	3,00	4,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2018	Não há remuneração fixa.	
31/12/2017	não há remuneração fixa.	
31/12/2016	não há remuneração fixa.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2018	Não há remuneração fixa.	
31/12/2017	não há remuneração fixa.	

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Diretores Estatutários e Conselho de Administração – 100%.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Não aplicável.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Todas as informações relevantes e pertinentes estão divulgadas nos itens acima.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) Empregados.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui colaboradores.

b) Terceirizados.

A companhia possui prestadores de serviços terceirizados que atuam nas áreas de auditoria externa, administração, manutenção e locação do espaço físico.

c) Índice de rotatividade.

Não possui.

d) exposição a passivos e contingências trabalhistas.

Não possui.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

Não houve.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados**a) Política de salários e remuneração variável.**

O princípio da política salarial da empresa é manter uma prática coerente com o mercado externo e justa com o mercado interno, remunerando cada trabalhador de forma a propiciar o seu crescimento profissional, bem como possibilitar à empresa ser competitiva na busca de profissionais capacitados para desenvolvimento das atividades inerentes à função que cada um desempenha.

Atualmente a empresa não possui nenhum programa de remuneração variável, como Participação nos Lucros ou Resultados ou Bônus.

b) Política de benefícios.

Não possui.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações.

A empresa não possui nenhum programa baseado em distribuição de ações aos empregados.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

Não há.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Não há.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
6.344.137	30,357	0	0,000	6.344.137	30,357	
TOTAL						
20.898.994	100,000	0	0,000	20.898.994	100,000	
WPH Participações e Empreedimentos S.A.						
00.359.742/0001-08	BRASILEIRA	Não	Sim	01/03/2017		
14.554.857	69,643	0	0,000	14.554.857	69,643	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WHPH Participações e Empreedimentos S.A.				00.359.742/0001-08		
ANA CAROLINA PAIFER						
372.241.708-28	Brasileira	Não	Sim	12/07/2018		
999.999	99,990	0	0,000	999.999	99,990	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
DANILO RODRIGO CISOTTO						
351.545.288-59	Brasileira	Não	Não	12/07/2018		
1	0,010	0	0,000	1	0,010	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	18/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física	1.993
Quantidade acionistas pessoa jurídica	24
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	6.338.837	30,331%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	6.338.837	30,331%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
------------------------------	---	-----------

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Os acionistas controladores diretos e indiretos, bem como nossos acionistas com participação igual ou superior a 5% de ações ordinárias estão identificado no item “15.1” acima, razão pela qual não inserimos o organograma neste item.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

a) partes.

Não há.

b) data de celebração.

Não há.

c) prazo de vigência.

Não há.

d) exercício do direito de voto, do poder de controle e g) restrição ou vinculação do direito de voto de membros do conselho de administração.

Não há.

e) indicação de Administradores.

Não há.

f) transferência de ações e preferência para adquiri-las.

Não há.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Conforme fato relevante veiculado em 25 de maio de 2015, a Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, procedeu a transferência da totalidade de sua participação para a WHPH Participações e Empreendimentos S.A., correspondente a 217.070.571 ações ordinárias representativas a 69,24% do capital total.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Não há.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Na posição total de ações da controladora WPHH Participações e Empreendimentos S.A. (14.554.857), consta a quantidade de 666.525 ações ordinárias que estão em titularidade da antiga controladora Inepar S.A. Industria e Construções. Estas ações estão em processo de transferência junto ao escriturador.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

Compete ao conselho de administração aprovar quaisquer operações com partes relacionadas à Companhia.

Quando ocorrem operações com partes relacionadas, essas são praticadas por valor de mercado.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
WPHH PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.	31/12/2017	8.096.237,50	R\$ 8.075.194,75	0	N/A	NÃO	0.000000
Relação com o emissor	CONTROLADORA/CONTROLADA						
Objeto contrato	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	O Débito foi constituído durante a paralização das operações da companhia no período de 2.000 a 2.017. A companhia possui Patrimônio Líquido Negativo, e sem esses aportes a companhia não teria como pagar suas despesas nesse período.						
WPHH PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.	31/12/2017	675.960,67	R\$ 0,00	0	N/A	NÃO	0.000000
Relação com o emissor	CONTROLADORA/CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	O Débito foi constituído pelas despesas pagas da Controladora em período de inatividade e reorganização da Companhia.						
WPHH PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.	30/03/2018	419.697,72	R\$ 0,00	0	N/A	NÃO	0.000000
Relação com o emissor	CONTROLADORA/CONTROLADA						
Objeto contrato	MÚTUO						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado entre Controladora e Controlada para realização de Aumento de Capital.						
WPHH PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.	30/06/2017	6.765.293,78	R\$ 0,00	0	N/A	NÃO	0.000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADORA/CONTROLADA						
Objeto contrato	DEBÊNTURES						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	As debêntures foram utilizadas para transferir os recursos da Controladora (WPH), no contrato de cessão para a Controlada (ATOM), sem a efetiva necessidade de liquidação financeira, uma vez que todas as transações eram liquidadas na conta da WPH ou de suas subsidiárias.						

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.

Os valores praticados nessa transação quando praticados são realizados pelo valor de mercado e são respaldados por contrato e outros documentos de suporte devidamente aprovados.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Não há.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes

A companhia necessitou das operações com partes relacionados pelos principais motivos:

- 1- a companhia não podia transacionar recursos pelas suas contas sem que houvessem bloqueios indevidos;
- 2- a companhia não tinha acesso a recursos para financiar suas atividades;
- 3- a companhia não possui conta corrente bancária por restrições mesmo com o fim da recuperação judicial;

A única forma possível de operacionalizar e resolver os problemas da companhia foi se utilizando de tais práticas, que geraram resultados amplamente positivos a companhia e seus acionistas.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/12/2017	235.691.425,78		20.898.994	0	20.898.994

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão Unidade	Tipo de aumento	Ordinárias Unidade	Preferenciais Unidade	Total ações Unidade	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/11/2013	Assembleia Geral Extraordinária	28/11/2013	18,000,000.00	Subscrição particular	225,000,000	0	225,000,000	8.26858474	0.08	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Critério de valor de mercado das ações apurado com base nos 30 (trinta) pregões da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros anteriores à data de realização da Reunião do Conselho de Administração realizada em 11/11/2013.

Forma de integralização

As ações foram integralizadas mediante capitalização de aportes para futuro aumento de capital realizado pela acionista controladora. Os demais acionistas terão o direito de preferência na subscrição das novas ações, nos termos do artigo 171 da Lei das S.A..

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação Unidade			Quantidade de ações depois da aprovação Unidade		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
29/04/2016	313,484,914	0	313,484,914	62,696,983	0	62,696,983
Grupamento						
23/06/2016	62,696,983	0	62,696,983	20,898,994	0	20,898,994

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Assistem aos titulares de ações preferenciais: - Prioridade no recebimento do dividendo anual mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, apurado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. - Participação integral nos resultados da Sociedade em igualdade de condições com as ações ordinárias, abrangendo os lucros remanescentes, bem como a distribuição de novas ações decorrentes de aumentos de capital.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Assistem aos titulares de ações preferenciais: Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Não há.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**Exercício social 31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.759.914	3,57	2,61	R\$ por Unidade	3,11
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.525.880	2,99	1,95	R\$ por Unidade	2,58
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	24.076.419	4,03	2,11	R\$ por Unidade	3,08
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.121.963	2,95	2,43	R\$ por Unidade	2,63

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	17.967.671	5,29	2,94	R\$ por Unidade	4,12
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.622.633	5,10	3,30	R\$ por Unidade	3,97
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.657.987	3,30	3,70	R\$ por Unidade	2,89
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	60.135.453	5,05	2,60	R\$ por Unidade	3,88

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	35.847.314	4,95	2,55	R\$ por Unidade	3,51
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	26.392.534	4,65	1,47	R\$ por Unidade	3,15
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	28.910.347	3,28	2,51	R\$ por Unidade	2,54
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	23.375.924	4,50	2,27	R\$ por Unidade	3,31

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

Documento não preenchido.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6. MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA.

Documento não preenchido.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11. OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO FEITAS PELA COMPANHIA RELATIVAS A AÇÕES DE EMISSÃO DE TERCEIRO.

Não há.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	25/07/2002
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	(i) Administradores, Acionistas Controladores e Conselheiros Fiscais da Companhia; (ii) Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e (iii) por qualquer pessoa que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso e divulgação de Informações Relevantes e na negociação de valores mobiliários da Companhia.

Principais características e locais de consulta

A divulgação de Ato ou Fato Relevante tem por objetivo assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento. Desta forma, impede-se o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	A Companhia, seus Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, Funcionários e Executivos com acesso a Informações Relevantes da Companhia, e, ainda, por quem, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora e nas Sociedades Controladas e Coligadas tenham conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia e que tenham firmado o Termo de Adesão, não poderão negociar Valores Mobiliários da Companhia no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso, das: (a) informações trimestrais da Companhia (ITR); (b) informações anuais da Companhia (DFP e Formulário de Referência); e (c) demonstrações financeiras da Companhia.
--	--

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Não há.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1 É DESCRIÇÃO DAS NORMAS, REGIMENTOS OU PROCEDIMENTOS INTERNOS RELATIVOS À DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

A Política de Divulgação de Informações deve contribuir para agregar valor às ações e demais valores mobiliários de emissão de companhia aberta e reduzir as incertezas do processo de avaliação e risco desses investimentos.

Uma sólida Política de Divulgação de Informações auxilia na manutenção de um comportamento ordenado e justo das ações (ou qualquer outro valor mobiliário) no mercado. Previne, definitivamente, qualquer ocorrência de suspensão de negócios com as ações, prerrogativa da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e das Bolsas de Valores, pela própria inexistência de situações de vazamento de informações ou rumores infundados.

Os executivos e os colaboradores da Empresa envolvidos em Relações com Investidores (RI) devem, invariavelmente, seguir uma política de transparência, profissionalismo e ética, esmerando-se na observância de conduta que contribua para a promoção da companhia, respeitando os limites de divulgação de suas atividades e negócios na forma da política aprovada.

A Companhia deverá estar comprometida em aperfeiçoar o atendimento a todas as pessoas que com ela se relacionam, almejando a valorização dos valores mobiliários de sua emissão e a agregação de valor ao seu patrimônio, sem descuidar do cumprimento de sua função social. Sendo uma empresa de capital aberto, é natural que empregue uma filosofia de transparência com o mercado, assumindo o compromisso de divulgar informações de maneira oportuna, consistente e confiável, em consonância com as exigências legais, visando a melhor performance de seus valores mobiliários.

É importante que este procedimento tenha continuidade e uniformidade, seja em momentos de tranquilidade ou momentos difíceis, e que todos os segmentos da comunidade investidora tenham acesso equânime às informações da companhia.

Política de Divulgação Informações

Finalidade

Atender as determinações emanadas da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, dotando a Companhia de normas de procedimento indispensáveis à observância das referidas determinações, tendo este Manual sido aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em data de 25 de Julho de 2002 e aditado em 26/05/2015.

Propósito e Abrangência

O presente Manual tem por objeto o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, a serem compulsoriamente observados por (i) Administradores, Acionistas Controladores e Conselheiros Fiscais da

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Companhia; (ii) Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e (iii) por qualquer pessoa que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso e divulgação de Informações Relevantes e na negociação de valores mobiliários da Companhia.

As pessoas citadas acima devem firmar o respectivo Termo de Adesão ao presente Manual, na forma dos artigos 15, § 1º, Inciso I e 16, § 1º da Instrução CVM nº 358/02, conforme modelo anexado a este manual como Anexo I.

A Companhia manterá, em sua sede, a relação das pessoas que firmarem o Termo de Adesão, com as respectivas qualificações, cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou Pessoas Físicas. A relação será sempre mantida à disposição da CVM.

Definições

Os termos e expressões a seguir listados, quando mencionados neste Manual, terão os seguintes significados:

%Acionistas Controladores ou Controladora+ . O acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o poder de controle da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

%Administradores+. Os Diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia.

%Bolsas de Valores+ . As bolsas de valores, no país, em que os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação.

%Companhia+. Atom Participações S.A., com sede na Rua Messias Pereira de Paula nº 333, parte 3, Bairro Elton Ville, Cep 14046-640 . Sorocaba - SP.

%Conselheiros Fiscais+ . Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, eleitos por deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

%CVM+. A Comissão de Valores Mobiliários.

%Diretor de Relações com Investidores+. O diretor da Companhia responsável pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às Bolsas de Valores ou entidade de mercado de balcão organizado, bem como pela atualização do registro da Companhia.

%Ex-Administradores+ . Os ex-diretores ou ex-conselheiros que deixarem de integrar a administração da Companhia.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Funcionários e Executivos com acesso a informação relevante . Os empregados da Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia tenham acesso a qualquer Informação Privilegiada.

Informação Privilegiada ou Informação Relevante . Toda informação relevante relacionada à Companhia, capaz de influir de modo ponderável na cotação de seus Valores Mobiliários, e ainda não divulgada ao público investidor.

Instrução CVM nº 358/02 . A Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, alterada pela Instrução CVM nº 369, de 11 de junho de 2002, que dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre Ato ou Fato Relevante relativos às companhias abertas, bem como sobre a negociação de valores mobiliários de emissão de companhia aberta na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado, dentre outras matérias.

Manual . O presente Manual de conduta e Política de Divulgação e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários.

Pessoas Ligadas . As pessoas que mantenham os vínculos indicados a seguir com diretores, membros do conselho de administração e conselheiros fiscais da Companhia: (i) o cônjuge, de quem não se esteja separado judicialmente, (ii) o(a) companheiro(a), (iii) qualquer dependente incluído na declaração anual do imposto sobre a renda e (iv) as sociedades controladas direta ou indiretamente, seja pelos administradores e assemelhados, seja pelas Pessoas Ligadas.

Sociedades Controladas . As sociedades nas quais a Companhia é titular de direitos de acionista que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Sociedades Coligadas . As sociedades em que a Companhia participe, com 10% (dez por cento) ou mais, sem controlá-las.

Termo de Adesão . Anexo I do presente Manual, que é o documento a ser firmado na forma dos Art. 15, § 1º, inciso I e 16, § 1º da Instrução CVM nº 358/02.

Valores Mobiliários . A expressão é empregada neste Manual abrangendo quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição, notas promissórias, opções de compra ou de venda ou, ainda, quaisquer outros títulos que, por determinação legal, sejam considerados valor mobiliário.

Princípios

Todas as pessoas sujeitas ao presente Manual deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores da boa-fé, lealdade e veracidade e, ainda, pelos princípios gerais aqui estabelecidos.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Todos os esforços devem ser envidados no sentido de que a decisão de investidores em relação a papéis da Companhia sejam tomadas com base em informações divulgadas e, jamais, no acesso privilegiado à mesma informação.

As pessoas sujeitas ao presente Manual deverão tomar em conta que a informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do público investidor e, especialmente, dos Acionistas da Companhia, para que lhes seja assegurado o indispensável tratamento equitativo, devendo o relacionamento da Companhia com os participantes e com os formadores de opinião no mercado de valores mobiliários dar-se de modo uniforme e transparente.

É obrigação das pessoas sujeitas às disposições previstas neste Manual assegurar que a divulgação de informações acerca da situação patrimonial e financeira da Companhia seja correta, completa, contínua e desenvolvida através dos administradores incumbidos dessa função, devendo, ainda, abranger dados sobre a evolução das suas respectivas posições acionárias no capital social da Companhia, na forma prevista neste Manual e na regulamentação em vigor.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante

Obrigações Perante o Diretor de Relações com Investidores

Conforme Art. 3º da Instrução CVM nº 358/02 compete ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante.

Com a finalidade de assegurar que o Diretor de Relações com Investidores possa cumprir seus deveres, foram criados encargos para algumas pessoas vinculadas à Companhia, obrigando-as a comunicar Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, a fim de que este tome as providências necessárias.

O objetivo da Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A divulgação de Ato ou Fato Relevante tem por objetivo assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento. Desta forma, impede-se o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

Definição de Ato ou Fato Relevante

Ato ou Fato Relevante, nos termos do Art. 155, § 1º, da Lei nº 6.404/76 e do Art. 2º da Instrução CVM nº 358/02 é: (i) qualquer decisão de Acionista(s) Controlador(es), deliberação da Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia; ou (ii) qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado a seus negócios que possa influir de modo ponderável:

(a) na percepção de valor da Companhia;

(b) na cotação dos Valores Mobiliários;

(c) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles Valores Mobiliários; ou

(d) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de Valores Mobiliários.

Exemplos de Ato ou Fato Relevante

O Art. 2º da Instrução CVM nº 358/02 enumera, de forma não exaustiva, exemplos de Ato ou Fato Relevante, sendo desnecessária sua repetição neste Manual. Em qualquer caso, os eventos relacionados com o Ato ou Fato Relevante devem ter a sua materialidade analisada no contexto das atividades ordinárias e da dimensão da Companhia, bem como de informações eventualmente divulgadas e não em abstrato, de modo a evitar a banalização da divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que venham a prejudicar a análise, pelo mercado, das perspectivas da Companhia.

Procedimentos Internos para Informar e Divulgar Ato ou Fato Relevante

Conforme já explanado no item 1 desta Seção, todas as informações sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia serão centralizadas na pessoa do seu Diretor de Relações com Investidores.

Os Acionistas Controladores, os Administradores, os Conselheiros Fiscais e os Funcionários com acesso a Informação Relevante, que tenham firmado o Termo de Adesão, deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores que, nos termos deste Manual, é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

As reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, relativas a matérias que possam consubstanciar informação relevante, deverão contar com a presença do Presidente do Conselho de Administração (ou, no caso de impossibilidade, com a presença de pelo menos 2 (dois) membros do Conselho de Administração) além do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Caso, por qualquer motivo, o Diretor de Relações com Investidores não participe da reunião, os demais representantes da Companhia que dela participaram deverão a ele reportar assuntos discutidos e/ou informados que consubstanciem Informação Relevante, visando que a mesma seja simultaneamente divulgada ao mercado.

Responsabilidade em Caso de Omissão

Os Administradores, os Acionistas Controladores, os Conselheiros Fiscais e os Funcionários da Companhia que tiverem conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores.

Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do Art. 6º da Instrução CVM nº 358/02), as pessoas acima mencionadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem, imediatamente, o Ato ou Fato Relevante à CVM.

Quando Informar e Divulgar – Prazos

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores do País.

Em relação aos prazos para informar ou divulgar, o Diretor de Relações com Investidores deverá observar, ainda, o que se segue:

- (a) comunicar e divulgar o Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após sua ocorrência (Instrução CVM nº 358/02, Art. 3º, *caput*);
- (b) divulgar, concomitantemente a todo o mercado o Ato ou Fato Relevante a ser veiculado em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou público selecionado (Instrução CVM nº 358/02, Art. 3º, § 3º); e
- (c) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores nacionais a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da Informação Relevante, caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação (Instrução CVM nº 358/02, Art. 5º, § 2º).

A Quem Informar

A informação sobre Ato ou Fato Relevante deverá ser, simultaneamente, comunicada:

- (a) à CVM;
- (b) às Bolsas de Valores.

Formas de Divulgação – Jornais e Internet

A divulgação de Ato ou Fato Relevante envolvendo a Companhia deverá dar-se por meio: (a) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias Valor RI (<http://www.valor.com.br/valor-ri/fatos-relevantes>); (b) da página na rede mundial de computadores da Companhia (www.atompar.com.br); e (c) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema “IPE”) (www.cvm.gov.br), conforme faculdade conferida pela Instrução CVM nº 547, de 5 de fevereiro de 2014, que altera a Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002.

A Companhia poderá, a cada divulgação de Ato ou Fato Relevante, optar por realizá-la de forma resumida, contendo os elementos mínimos necessários à sua compreensão. Nesta hipótese, deverá

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

estar indicado nas publicações o endereço na *Internet* onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor, no mínimo, idêntico àquele remetido à CVM e Bolsas de Valores (Instrução CVM nº 358/02, Art. 3º, § 4º).

Informação Privilegiada e o Dever de Sigilo

Os Administradores, os Acionistas Controladores, os Conselheiros Fiscais e os Funcionários da Companhia que tenham firmado o Termo de Adesão, terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes há hipótese de descumprimento do dever de sigilo (Instrução CVM nº 358/02, Art. 8º).

Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, a fim de sanar a dúvida.

Decisão de Não Divulgar – Exceção à regra

A regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação ou divulgação. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar Ato ou Fato Relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise (Instrução CVM nº 358/02, Art. 6º, *caput*).

Procedimentos para a Não Divulgação de Ato ou Fato Relevante

Existem, no entanto, casos excepcionais em que a divulgação indistinta de Informação Privilegiada que constitua Ato ou Fato Relevante pode pôr em risco interesse legítimo da Companhia.

Nestes casos, a não divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia será objeto de decisão dos Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia (Instrução CVM nº 358/02, Art. 6º, *caput*).

Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a operações envolvendo diretamente os Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores informar o Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

Ainda que os Administradores e Acionistas Controladores decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, é de seu dever divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, nas hipóteses da informação escapar ao controle ou oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia (Instrução CVM nº 358/02, Art. 6º, § único).

Solicitação de Manutenção de Sigilo junto à CVM

Os Administradores e Acionistas Controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo Atos ou Fatos Relevantes cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia (Instrução CVM nº 358/02, Art. 7º).

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Diretora de Relações com Investidores, Ana Carolina Paifer.

PÁGINA

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3. ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

Diretora de Relações com Investidores, Ana Carolina Paifer.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Não há.